

Diálogo nacional para uma política pública de juventude



Diálogo nacional para uma política pública de juventude

Uma publicação Ibase e Pólis

Apoio

Redes Canadenses de Pesquisa em Políticas Públicas (CPRN) / Centro de Pesquisas para o Desenvolvimento Internacional (IDRC)

Elaboração

Eliane Ribeiro e Patrícia Lânes

Edição

Iracema Dantas

Revisão

Marcelo Bessa

Projeto gráfico e diagramação

Imaginatto Design

Ilustrações

Beto Vieira

Distribuição dirigida – julho de 2006

Esta publicação está disponível em <www.ibase.br> e em <www.polis.org.br>

D527

Diálogo nacional para uma política pública de juventude / uma publicação Ibase e Pólis ; [elaboração Eliane Ribeiro e Patrícia Lânes ; ilustrações Beto Vieira]. - Rio de Janeiro: Ibase; São Paulo, SP: Pólis, 2006

40p.: il; 15 x 20,5cm

Parte da pesquisa "Juventude Brasileira e Democracia : participação, esforços e políticas públicas", realizada por Ibase e Pólis, em 2005

Inclui bibliografia

ISBN 85-89447-13-8

1. Juventude - Brasil - Condições sociais.
 2. Juventude - Brasil - Atividades políticas.
 3. Jovens no desenvolvimento da comunidade - Brasil.
 4. Juventude - Política governamental - Brasil.
 5. Pesquisa social - Brasil. I. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.
- II. Pólis, Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais.

06-2130.

CDD 305.23

CDU 316.346.32-053.9

14.06.06 19.06.06

014943

Sumário



- 4 Participação pra valer**
- 11 Juventude brasileira e democracia**
 - Os(as) jovens pesquisados(as)
 - O que mais preocupa os(as) jovens do Brasil
 - O que preocupa os(as) jovens no Brasil segundo temas e incidência por região
- 14 Participação**
 - Diagnóstico
 - O que os(as) jovens ressaltam nos recados aos(às) políticos(as) do Brasil
 - Comentários
 - Princípios
 - Espaços participativos nas políticas públicas de juventude
- 21 Políticas setoriais**
- 22 Educação**
 - Diagnóstico
 - O que mais desejam os(as) jovens com relação à educação
 - Comentários
 - Políticas recomendadas
- 27 Trabalho**
 - Diagnóstico
 - O que mais preocupa os(as) jovens com relação ao trabalho
 - Comentários
 - Políticas recomendadas
- 31 Cultura / Lazer**
 - Diagnóstico
 - O que preocupa os(as) jovens com relação à cultura e ao lazer
 - Comentários
 - Políticas recomendadas
- 36 Referências**
- 38 Equipe da pesquisa**

Participação

pra valer



O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e o Pólis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais apresentam nesta publicação a síntese da pesquisa **Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas**, que buscou ouvir diferentes jovens brasileiros(as), de 15 a 24 anos de idade, e provocar o debate sobre as condições e perspectivas com relação à educação, ao trabalho, à cultura e ao lazer e os limites e as possibilidades da sua participação em atividades políticas, sociais e comunitárias. A investigação foi desenvolvida em sete regiões metropolitanas (Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo) e no Distrito Federal, por uma rede de instituições parceiras¹ que acreditam na premissa de que a primeira tarefa é aprender a escutar os(as) jovens, entender as condições em que vivem, suas semelhanças, diferenças e perspectivas diante dos imensos desafios que as sociedades atuais impõem.

Os resultados da investigação, realizada entre julho de 2004 e novembro de 2005, apresentam subsídios para novas políticas, estratégias e ações públicas voltadas para os(as) jovens. Para tanto, foi necessário explorar metodologias sensíveis, rápidas e eficazes, capazes de conhecer a realidade dos(as) jovens brasileiros(as), seus sonhos e suas expectativas, reconhecendo a

1. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), coordenação; Pólis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, coordenação; Iser Assessoria/Rio de Janeiro, RJ; Observatório Jovem do Rio de Janeiro – Universidade Federal Fluminense/Niterói, RJ; Observatório da Juventude da Universidade Federal de Minas Gerais/Belo Horizonte, MG; Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação/São Paulo, SP; Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)/Porto Alegre, RS; Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)/Brasília, DF; Centro de Referência Integral de Adolescentes (Cria)/Salvador, BA; Instituto Universidade Popular (Unipop)/Belém, PA; Escola de Formação Quilombo dos Palmares (Equip)/Recife, PE; Centro de Pesquisas para o Desenvolvimento Internacional (IDRC)/Canadá; e Redes Canadenses de Pesquisa em Políticas Públicas (CPRN)/Canadá.

importância de ter informações recentes que possam contribuir para a formulação de políticas. Assim, a pesquisa adotou duas abordagens metodológicas:²

1. levantamento estatístico, por meio da aplicação de questionário em amostra do universo (8 mil jovens), buscando caracterizar o perfil dos(as) jovens, suas diversas formas de participação e de percepções sobre o tema;

2. estudo qualitativo, baseado na metodologia *Choice Work Dialogue Methodology* (grupos de diálogo), em que 913 jovens, reunidos(as) em 39 reuniões nas oito regiões onde se realizou a pesquisa, debateram sobre o tema. O Dia de Diálogo mostrou-se um meio privilegiado para contribuir na construção de políticas públicas com os(as) jovens, pois oferece um espaço propício à participação e escuta aos(as) que não têm o hábito de se expressar publicamente. Ao mesmo tempo em que os(as) jovens falaram sobre participação, puderam vivenciá-la no Dia de Diálogo. Para a maioria dos(as) jovens participantes, o diálogo foi apontado como uma situação democrática de escuta e de respeito à fala do(a) outro(a). Assim, dinâmicas que provoquem a interação com jovens podem tornar-se condição indispensável para a implementação de políticas públicas que expressem necessidades, demandas e desejos desses grupos.

As informações aqui mapeadas se unem ao conhecimento já produzido sobre juventude, no âmbito nacional e internacional, particularmente da América Latina, ampliando o debate, influenciando políticas públicas de juventude e estimulando o fortalecimento de redes de sustentação e de construção de

2. Os relatórios finais da pesquisa – o global e os regionais – estão à disposição no *site* do Ibase (www.ibase.br) e do Pólis (www.polis.org.br).

oportunidades para que os(as) jovens possam vislumbrar um outro mundo possível. O presente documento tem como base os dados levantados pela pesquisa em diálogo com diagnósticos e propostas presentes em outras investigações realizadas recentemente sobre o tema.

O desafio central do estudo está em ir além do discurso corrente de que os(as) jovens não participam, são desinteressados(as) e alienados(as). Constatou-se que parcela significativa dos(as) jovens deseja participar, mas não encontra espaços que possibilitem tal inclusão. As formas de participação presentes no Estado e na sociedade são freqüentemente percebidas como muito distantes da realidade cotidiana dos(as) jovens investigados(as), que revelam ainda, de modo contundente, a existência de espaços interditados à participação. Os lugares socialmente reconhecidos para a participação na vida pública acabam sendo um “não-lugar” para esses(as) jovens. Na verdade, de um modo geral, tendem a não acreditar que alguém possa se interessar seriamente pelos seus problemas.

Por fim, a edição deste documento representa mais um passo para fortalecer os(as) jovens como atores políticos e sociais, sujeitos com direitos, capazes de influenciar, por meio da participação, importantes processos de transformação no Brasil. Para tanto, torna-se imprescindível uma ampla mobilização de diferentes parceiros – escola, redes institucionais, legisladores(as), tomadores(as) de decisão, meios de comunicação e opinião pública em



Fernando Miceli

geral – para que se possa legitimar a institucionalização de políticas públicas e potencializar seus benefícios, ressaltando que a exclusão dos(as) jovens não é um problema somente deles(as), mas do conjunto da sociedade.

O que é uma política pública de juventude?

É o conjunto de princípios, estratégias e ações que contempla as distintas realidades dos(as) jovens, estabelece seus direitos e responsabilidades e afirma suas identidades e potencialidades. A política é pública quando pertence a todos(as) e é construída por toda a sociedade. Assim, as políticas devem criar condições para que os(as) jovens participem da vida social, econômica, cultural e democrática do país.

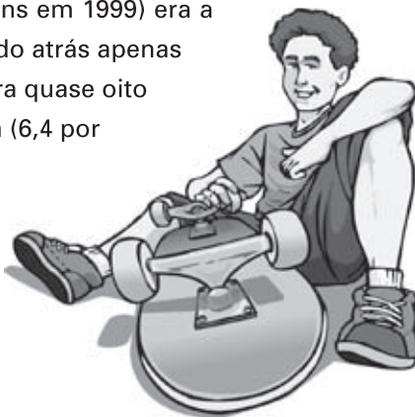
O Brasil – que país é esse?³

- Área: 8.514.215,3 km², composto por 27 unidades da Federação e 5.507 municípios.
- População estimada em 2006: 186.357.019 habitantes, dos(as) quais 81,25% vivem na zona urbana e 18,75%, na zona rural.
- Analfabetos(as): 11,6% da população total.

3. Fonte: IGBE, 2000.

Para pensar: alguns dados sobre os(as) jovens brasileiros(as)⁴

- 80% dos(as) jovens do Cone Sul vivem no Brasil.
- Nosso país concentra 50% dos(as) jovens da América Latina.
- São 34 milhões de jovens (17.939.815 entre 15 e 19 anos e 16.141.515 entre 20 e 24 anos), aproximadamente 20% do total da população brasileira.
- Dos 34 milhões, 28,2 milhões (83%) moram na zona urbana e 5,9 milhões (17%), na zona rural.
- 20 milhões (58,7%) vivem em famílias com renda *per capita* de até um salário mínimo.
- 1,3 milhões dos(as) jovens são analfabetos(as). Desses(as), 900 mil são negros(as).
- A taxa de mortalidade por homicídios de jovens de 15 a 24 anos no Brasil (45,8 por 100 mil jovens em 1999) era a terceira maior do mundo, ficando atrás apenas da Colômbia e de Porto Rico. Era quase oito vezes maior que a da Argentina (6,4 por 100 mil jovens em 1998).
- Em 2001, existiam 10 mil jovens em privação de liberdade. Desse total, 90% eram do sexo masculino e 76% estavam na faixa etária de 16 a 18 anos.



4. Fontes: IBGE,2004; Brasil, 2002; Silva e Guerresi, 2003.

Consolidando novos espaços

Em 2005, foi criada a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude, ambos vinculados à Presidência da República. A implantação da Política Nacional de Juventude é fruto da reivindicação de vários movimentos juvenis, de organizações da sociedade civil e de iniciativas do Legislativo e do governo federal. O Conselho Nacional de Juventude foi criado na estrutura da Secretaria Geral, com a finalidade de formular e propor diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas para a juventude e fomentar estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil. A Secretaria Nacional de Juventude, além do papel de integrar programas e ações em âmbito nacional, vem se constituindo em referência da população jovem no governo federal, tal como ocorre em vários estados e municípios do Brasil e em vários países que adotam políticas públicas voltadas para a juventude. A nova secretaria, que também funciona na estrutura da Secretaria Geral, é responsável por iniciativas do governo direcionadas para a população jovem, levando em conta as características, as especificidades e a diversidade da juventude.

Juventude
brasileira

e democracia

Os(as) jovens pesquisados(as)

- 8 mil jovens de sete regiões metropolitanas (Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo) e do Distrito Federal.
- Metade desse número é composta por mulheres; a outra, por homens.
- 30,1% entre 15 e 17 anos, 30% entre 18 e 20 anos e 39,9% entre 21 e 24 anos.
- 44% da classe C, 25,9% das classes D/E e 24,3% das classes A/B.⁵
- 20,9% têm filhos(as), percentual superior ao de jovens vivendo em situação conjugal, o que sinaliza o elevado número de mães ou pais solteiros.
- 42,3% se declararam brancos(as); 34,4%, pardos(as); 16,1%, pretos(as). A maioria dos(as) jovens (57,4%) se identificou como não-branco(a).

Fonte: Ibase e Pólis, 2005.

O que mais preocupa os(as) jovens no Brasil

- **Violência:** falta de segurança; criminalidade.
- **Trabalho:** emprego; desemprego; falta de oportunidades; primeiro emprego.
- **Educação:** qualidade do ensino; degradação das escolas públicas; acesso a ensino médio e universitário.
- **Miséria:** pobreza; fome; desigualdade social; má distribuição de renda.
- **Política:** corrupção; descaso do governo com jovens; falta de consciência dos(as) governantes.
- **Saúde.**
- **Discriminação:** racismo; preconceitos.

Fonte: Ibase e Pólis, 2005.

5. A classificação socioeconômica baseou-se no Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB), utilizado para estimar o poder de compra das pessoas e famílias urbanas.

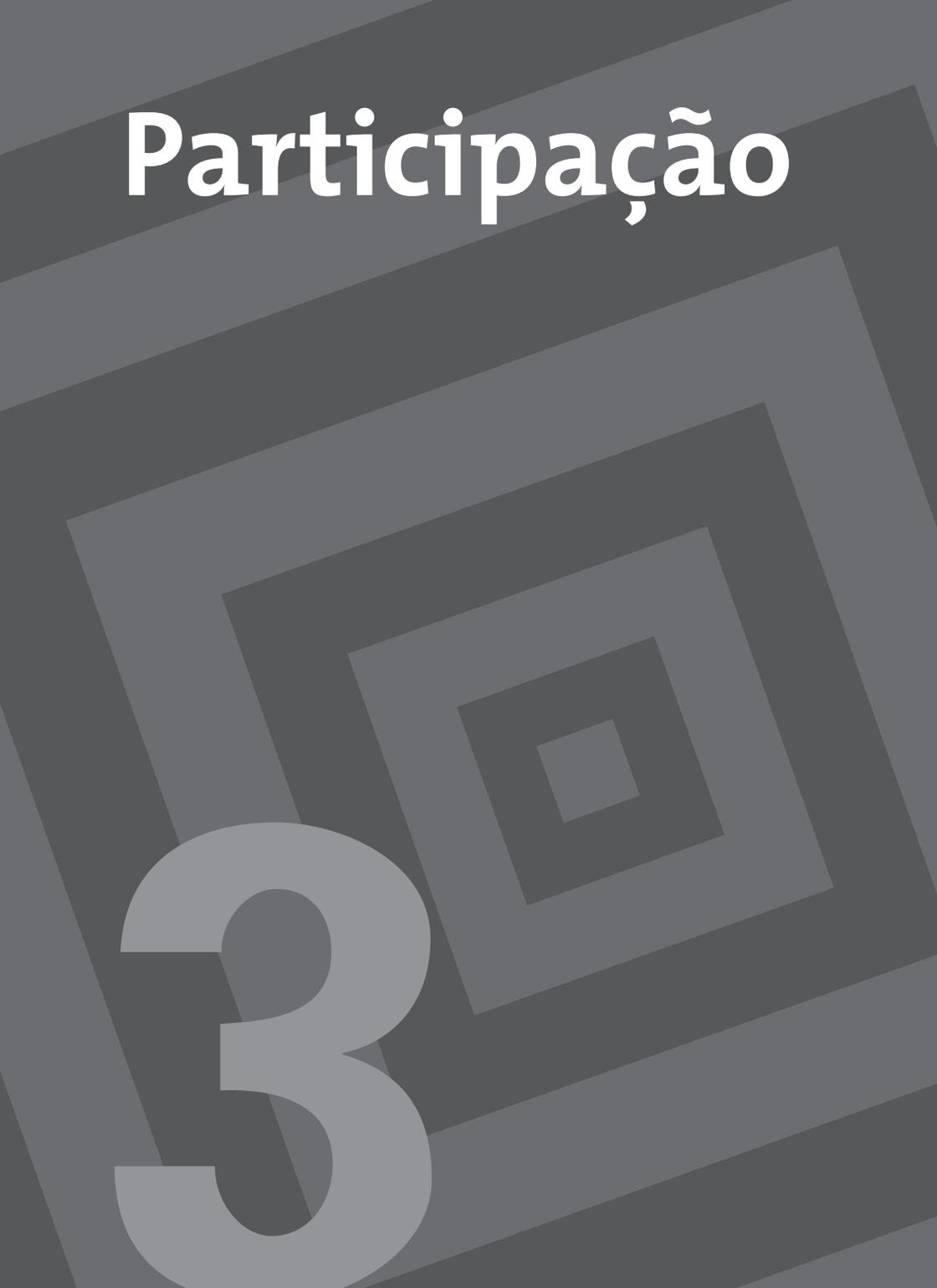
O que preocupa os(as) jovens no Brasil segundo temas e incidência por região

Temas/questions mais recorrentes nos grupos de diálogo	Classificação da incidência nas regiões metropolitanas e no DF							
	Belém	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Rio de Janeiro	São Paulo	Salvador
Violência: falta de segurança / criminalidade	2º	1º	2º	1º	1º	1º	2º	1º
Trabalho: emprego / desemprego / falta de oportunidade / primeiro emprego	3º	2º	1º	1º	3º	2º	1º	2º
Educação: qualidade do ensino / degradação das escolas públicas / acesso a ensino médio e universitário	4º	4º	3º	2º	2º	3º	3º	4º
Miséria: pobreza / fome / desigualdade social / má distribuição da renda	1º	3º	5º	3º	4º	4º	4º	3º
Saúde	–	–	–	4º	–	4º	–	–
Discriminação: racismo / preconceito	5º	–	–	–	–	–	–	–
Política: corrupção / descaso do governo com jovens / falta de consciência dos(as) governantes	–	5º	4º	–	–	–	5º	5º
Drogas	–	–	–	5º	5º	–	–	–
Sociedade: valores / Brasil / situação do povo	–	–	–	5º	–	–	–	–

Fonte: Ibase e Pólis, 2005.

Participação

3



Diagnóstico

O que os(as) jovens ressaltam nos recados aos(às) políticos(as) do Brasil

- Governantes mais responsáveis; mais dignidade.
- Honestidade; maior consciência; fim da corrupção.
- Atenção aos(às) jovens; ouvir suas opiniões; investir nos(as) jovens.
- Investimento em educação.
- Renovação das formas de se fazer política e dos(as) políticos(as).
- Atenção ao povo; ouvir mais o povo; observar situação do povo.

Fonte: Ibase e Pólis, 2005.

Outros dados

- 85,8% dos(as) entrevistados(as) disseram se informar sobre as coisas que estão ocorrendo no mundo.
- 28,1% dos(as) jovens participavam de algum tipo de grupo: 42,5% desses(as) participavam de grupos religiosos, 32,5% de grupos ligados a esportes, 26,9% de grupos artísticos (música, dança, teatro etc.), enquanto 4,3% integravam partidos políticos.
- 8,5% dos(as) jovens(as) se consideravam politicamente participantes.
- 65,6% procuravam se informar sobre política, mas sem participar diretamente.
- 89,5% dos(as) jovens concordaram totalmente com a frase: “é preciso que as pessoas se juntem para defender seus interesses”.
- 64,7% concordaram totalmente com a frase: “a maioria dos políticos não representa os interesses da população”.
- 85% concordaram totalmente com a frase: “é preciso abrir canais de diálogo entre os cidadãos e o governo”.

Fonte: Ibase e Pólis, 2005.

Comentários

Nos grupos de diálogo, os(as) jovens mostraram que a forma de participação mais acessível e sintonizada com eles(as) é a da **ação grupal comunitária/voluntária**, seja ela espontânea ou apoiada por instituições religiosas, associações de bairro ou ONGs. Sua organização supõe, geralmente, relações de apoio e colaboração entre jovens e adultos(as) em ações de caráter cívico, comunitário ou voluntário.

As outras duas alternativas de participação propostas (em instâncias institucionais e em grupos autônomos) provocaram graus distintos de adesão, sinalizando a vontade coletiva de influir na agenda pública e de se engajar na construção de um Brasil melhor.

A corrupção, a desorganização e a fragmentação das políticas e dos projetos que não dão em nada são fatores que desestimulam a participação. Ao mesmo tempo em que os(as) jovens denunciam, culpam, apontam e responsabilizam os(as) ocupantes de cargos públicos, também reconhecem a parcela de responsabilidade da juventude na solução dos problemas.

Os(as) jovens ouvidos(as) pela pesquisa mostram descrédito nos(as) políticos(as), mas não na política, vista por eles(as) como

espaço de conquista, de garantia de direitos e como caminho para transformações sociais mais profundas. O desafio, portanto, é restabelecer a base de confiança entre os(as) jovens e o exercício da políti-

Mila Petrillo



ca. Eles(as) questionam como as relações entre o Estado e os(as) cidadãos(ãs) se estabelecem, não havendo desinteresse nos(as) jovens pesquisados(as).

Os(as) jovens identificam nas ações governamentais a possibilidade mais efetiva para a resolução dos problemas apontados como mais urgentes em suas vidas. Eles(as) reconhecem que as ações individuais, as ações coletivas e a organização social são forças necessárias, desejáveis, mas não suficientes para resolver os enormes problemas nacionais. Situações estruturais (salários, segurança etc.) são apontadas como responsabilidade do governo.

Com direito à palavra, e colocados(as) em situação de diálogo, os(as) jovens revelaram um profundo conhecimento das marcas da desigualdade social que estruturam a sociedade brasileira a partir de suas vivências. Se, por um lado, esse quadro pode inibir uma participação mais efetiva na esfera pública, por outro, não anula o desejo de atuar propositivamente na resolução das questões que os(as) atingem.

Eles(as) demonstram não encontrar espaços públicos nos quais possam negociar a resolução de suas questões individuais que, nos grupos de diálogo, foram reconhecidos como problemas coletivos que demandam soluções na forma de políticas públicas. Apontam a ausência de esferas públicas que, a exemplo dos grupos de diálogo realizados, possam servir de canais de expressão para suas opiniões e seus anseios de melhoria das condições de vida.

É preciso reconhecer a necessidade de se criarem espaços de participação que façam sentido para esses(as) jovens preocupados(as) com os assuntos da proximidade e do cotidiano. Os(as) jovens ouvidos(as) na pesquisa expressam a necessidade de que o Estado e a sociedade civil os(as) valorizem por meio de uma escuta qualificada e respeitosa, criando possibilidades para sua ação e participação.

Princípios

- Criação e consolidação de espaços de interlocução entre sociedade e poderes públicos, garantindo a presença da diversidade de atores juvenis (e, portanto, a diversidade de formas pelas quais atuam tais atores) e permitindo que as decisões tomadas tenham consequência.
- Diversificação dos espaços de participação dos(as) jovens, considerando sua pluralidade. É preciso reconhecer espaços criados pelos(as) próprios(as) jovens como legítimos para questionar e propor. Além disso, as políticas públicas de juventude devem garantir espaços variados condicionados à participação juvenil, que deverá ser respeitada, valorizada, levada a sério, e não servir para legitimar decisões tomadas pelo mundo adulto ou por setores da juventude que já têm voz e poder.
- As políticas de juventude devem provocar também o envolvimento dos(as) jovens em assuntos, temas e problemas de reflexão e deliberação pública que se identifiquem com a resolução de problemas humanos universais nas cidades, no país e no mundo.
- As políticas públicas devem ser capazes de reconciliar os(as) jovens com as instituições, por meio da criação, democratização e divulgação de canais de participação na gestão da coisa pública.

Espaços participativos nas políticas públicas de juventude

- Socializar informações sobre os canais e as formas de participação existentes, assegurando aos(às) jovens o direito de conhecer as diversas modalidades de inserção no espaço público e ampliando as suas opções de escolha sobre os possíveis caminhos a trilhar.

- Fomentar a constituição de espaços públicos, de centros e clubes culturais, artísticos e esportivos, democraticamente gerenciados, para aproveitar o potencial de participação e associativismo dos(as) jovens e estimular a constituição de hábitos culturais participativos e democráticos.
- Instituir, no Executivo e no Legislativo, espaços que garantam a discussão, a elaboração, o monitoramento e a execução de políticas de juventude. É importante que esses espaços tenham prestígio suficiente para dialogar com o restante do Executivo e garantir orçamento para contratação de equipe qualificada e criação de canais de comunicação. No caso do Legislativo, é necessário abrir canais internos para a discussão de demandas específicas da juventude, criando possibilidades para a elaboração de regimentos e orçamento específicos para a execução e o monitoramento das políticas.
- Garantir a institucionalização de canais de interlocução entre os(as) jovens e o Estado, que efetivamente proporcionem o debate e a intervenção de diversos segmentos juvenis na formulação, no monitoramento e na avaliação de políticas públicas.
- Abrir canais de comunicação, com linguagem apropriada, entre os poderes Executivo e Legislativo e os(as) jovens, a fim de que eles(as) possam conhecer tais instâncias, acessar as informações produzidas e conhecer as formas pelas quais podem interferir em seus processos.



- Criar mecanismos para que os(as) jovens possam não só discutir e acompanhar as políticas públicas, mas também o orçamento previsto para setores que impactem diretamente em seu cotidiano e em sua qualidade de vida. Além dos orçamentos participativos jovens (OPJs), é preciso que eles(as) possam estar inseridos em todos os orçamentos participativos, assim como em conferências e fóruns de diversas áreas. Não basta criar um nicho de participação para os(as) jovens, eles(as) também devem ser inseridos(as) em espaços diferenciados de participação que dialoguem com o mundo adulto.
- Incorporar, nos espaços de diálogo com os(as) jovens, momentos em grupos menores nos quais, como foi verificado durante os grupos de diálogo, o(a) jovem geralmente se sente mais à vontade para expor sua opinião.
- Mapear e apoiar ações já desenvolvidas por jovens, incentivando a participação e a organização juvenis por meio de fundos de apoio e assessorias técnicas, por exemplo, ou do apoio a espaços de interlocução, de expressão das demandas, de diálogo e de negociação entre diferentes atores sociais (rodas de diálogo, fóruns mistos etc.).
- Criar mecanismos democráticos de renovação de conselhos de juventude em todos os níveis (municipal, estadual, federal) a partir de conferências que definam diretrizes e elejam delegados(as) para as conferências mais amplas, até que sejam tirados(as) os conselheiros(as) de juventude.
- Constituir espaços (conselhos, fóruns) de controle e fiscalização da implantação das políticas públicas de juventude que estejam em diálogo com amplos setores da juventude brasileira, por meio de encontros presenciais e canais de comunicação diversificados.

Políticas setoriais

4

Educação

Diagnóstico

- 47% estudavam.
- 53% não estudavam.
- 24,3% não possuíam o ensino fundamental completo.
- 33,2% concluíram o ensino médio.
- 86,2% estavam estudando ou haviam estudado em escolas públicas.
- 27% não estudavam e não trabalhavam.
- 66,5% dos(as) jovens entrevistados(as) afirmaram ter participado de algum curso extra-escolar.

Fonte: Ibase e Pólis, 2005.

O que mais desejam os(as) jovens com relação à educação

- Expansão do ensino médio.
- Mais professores(as) nas escolas.
- Professores(as) mais qualificados e mais bem remunerados(as).
- Melhores currículos, metodologias, materiais didáticos e mais atividades extras (passeios, visitas, palestras, laboratórios).
- Mais verbas; investimentos para a educação.
- Melhores condições de funcionamento das escolas; preservação das escolas.
- Mais oferta de cursos profissionalizantes de qualidade.

Fonte: Ibase e Pólis, 2005.

Comentários

Os(as) jovens das diferentes regiões investigadas dão muito valor à educação. Como todos(as) passaram pela escola, de um modo geral, eles(as) têm muito a dizer sobre ela.

Denunciam as condições da escola pública, evidenciando a péssima infra-estrutura, os baixos salários dos(as) profissionais, aulas pouco atraentes, a violência no entorno da escola e a constante falta de professores(as). Esses aspectos, no entanto, não reduzem a importância da presença do equipamento público (escola) dentro do espaço e do tempo de formação dos(as) jovens. No entanto, os(as) jovens que participaram de nossa pesquisa, em sua grande maioria, mostram que o espaço escolar não tem promovido o acesso suficiente a momentos de diálogo, encontros ou debates, nos quais pudessem expressar suas opiniões, ouvir as das outras pessoas e trocar idéias sobre assuntos que lhes dizem respeito.

Os(as) jovens mais pobres falam das dificuldades que enfrentam para acessar o sistema educativo e permanecer até a conclusão da educação básica. Reivindicam uma formação integral que contemple uma formação cidadã e uma formação para o trabalho.

Além das dificuldades de acesso e permanência na escola, os(as) jovens enfrentam a realidade de instituições públicas que se orientam, sobretudo, para a oferta de conteúdos curriculares formais e se apresentam pouco abertas para a criação de espaços e situações que favoreçam experiências de sociabilidade, solidariedade, debates públicos e atividades culturais e formativas. Ainda que os(as) jovens atribuam grande importância à educação e reconheçam a escola como espaço privilegiado de formação, o conjunto dos dados sobre a realidade escolar demonstra a



Arquivo Imac/GERAÇÃO

necessidade de a escola abrir mais espaços que estimulem hábitos e valores básicos, que poderiam contribuir para a participação juvenil em bases democráticas. Ainda assim, os dados da pesquisa demonstram a importância desses espaços e momentos para os(as) jovens, apontando para a necessidade de ampliação e diversificação deles. Para os(as) jovens pobres, em especial, essa abertura é ainda mais necessária, uma vez que a instituição escolar é espaço privilegiado, em alguns casos o único, para o acesso aos bens simbólicos que podem ser produzidos pela experiência participativa.

Há também o reconhecimento da necessidade de formação para poder levar adiante seus projetos de vida e construir condições ou competências para influenciar as decisões. Os(as) jovens concebem a educação como um direito, um campo valioso e um requisito essencial para o acesso a melhores condições de vida, trabalho, lazer e ação política. Mesmo as expressões aparentemente vagas quanto à importância de estudar (*pra ser alguém na vida, ter um diploma, ganhar algum dinheiro*) revelam a confiança de que a formação educativa ainda pode prepará-los(as) para a sua emancipação social, apesar de formularem essa crença de forma rudimentar e muitas vezes contraditória. A informação (ou seja, *saber mais*) está claramente evidenciada nas falas dos(as) jovens como condição para uma participação mais efetiva: ampliação de repertório, ampliação das experiências de sociabilidade, de informações e conhecimentos. Ou seja: o caminho do aperfeiçoamento da democracia passa, inexoravelmente, pela escola, que precisa estar preparada para cumprir esse papel.

Políticas recomendadas

- Garantir acesso e permanência, com atendimento de qualidade, em instituições educacionais, de crianças até 6 anos, conforme previsto na legislação em vigor.

- Reforçar os programas de correção do fluxo escolar, sobretudo para alunos(as) que, pela sua idade, já deveriam ter concluído o ensino fundamental.
- Ampliar a oportunidade de acesso e permanência dos(as) jovens nos cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), buscando articular com novas experiências na área, como o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: educação, qualificação e ação comunitária, da Secretaria Nacional de Juventude (Pro-Jovem), e o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, do Ministério da Educação (ProEJA).
- Investir fortemente em ações que favoreçam a melhoria da qualidade do ensino, assegurando padrões adequados para todos os grupos sociais: por gênero, raça/etnia, situação socioeconômica e para portadores(as) de necessidades especiais.
- Promover a valorização dos(as) professores(as) por meio de formação qualificada e permanente e de salários dignos.
- Dar condições e apoiar escolas e iniciativas inovadoras, sobretudo as que contemplam atividades complementares (esporte, cultura, capacitação etc.), consideradas essenciais para o aumento da atratividade e do interesse dos(as) alunos(as) pela escola e, conseqüentemente, para a redução da evasão escolar.
- Aproximar as culturas juvenis da vida escolar, formando professores(as) para dialogar com as demandas juvenis e incluindo o tema nos cursos de formação inicial e continuada.



- Ampliar a promoção de atividades culturais, recreativas e esportivas nos sistemas de ensino.
- Diminuir as enormes diferenças de atendimento (infra-estrutura das escolas e qualidade do ensino) entre a rede pública e privada, eliminando a fragmentação social da escola e a reprodução escolar das desigualdades sociais.
- Implantar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), com o objetivo de ampliar o acesso e a permanência do(a) aluno(a) no ensino básico.
- Promover a articulação efetiva entre União, estados e municípios, em busca do equacionamento conjunto das questões educacionais.
- Investir e intensificar as ações de inclusão digital, capacitando professores(as) e alunos(as), além de equipar as escolas e as universidades públicas.
- Ampliar os programas de iniciação científica.
- Generalizar o acesso ao ensino médio, ampliando o número de escolas e vagas, e garantir as condições de sustentabilidade e permanência do(a) aluno, sobretudo dos(as) jovens que trabalham e têm filhos(as), para que possam se dedicar aos estudos e ter o direito de concluir a educação básica.
- Democratizar os mecanismos de acesso ao ensino superior público.
- Articular os projetos e programas governamentais vinculados à juventude e à educação.



Arquivo Ibase

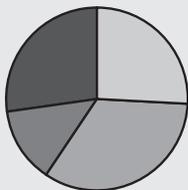
Trabalho

Diagnóstico

- 39,3% dos(as) jovens trabalhavam.
- 60,7% não trabalhavam.
- 22,2% dos(as) jovens entre 15 e 17 anos, ou seja, em idade destinada à escolarização, trabalhavam.
- Dos(as) 39,3% que declararam trabalhar, 30,5% tinham carteira assinada.
- Dos 60,7% que estavam sem trabalho, 62,9% procuravam trabalho.
- 64% dos(as) jovens das classes D/E não trabalhavam; desses(as), 69,5% declararam estar procurando trabalho.
- 18% trabalhavam por conta própria.
- 6,4% trabalhavam como aprendiz.
- 1,6% eram bolsistas de projetos sociais.

Fonte: Ibase e Pólis, 2005.

O que fazem os(as) jovens?



- 26% só trabalham
- 33,6% só estudam
- 13,4% trabalham e estudam
- 27% não trabalham e não estudam

Fonte: Ibase e Pólis, 2005.

O que mais preocupa os(as) jovens com relação ao trabalho

- O restrito mercado de trabalho.
- As dificuldades de conseguir o primeiro emprego.
- Enfrentar, em sua entrada no mercado de trabalho, preconceitos por serem jovens e inexperientes.

Fonte: Ibase e Pólis, 2005.

Comentários

Para os(as) jovens, o trabalho (ou a falta de trabalho) aparece como referência dominante em suas vidas, prioritariamente pelo aspecto econômico, mas também pelo ponto de vista cultural e societário. Pode-se dizer que o trabalho é elemento produtor de referências e de identidades para os(as) jovens.

Os(as) jovens relacionam o trabalho e a sua falta com as suas trajetórias escolares e com a produção de cidadania. Expressam que o acesso ao mercado de trabalho está intimamente ligado ao segmento socioeconômico a que pertence o(a) jovem. Os(as) jovens mais pobres apontam suas maiores dificuldades, considerando principalmente suas desvantagens educativas. Dessa forma, acabam por ocupar cargos mais baixos e, assim, têm acesso a poucas oportunidades. A ênfase dos(as) jovens está na necessidade de ampliação da oferta de trabalho, da formação profissional e de estágios remunerados.

Os depoimentos apontam para a necessidade de uma compatibilização entre a qualificação profissional, o primeiro emprego e a garantia de continuidade dos estudos, por meio de horários mais flexíveis e organogramas educacionais mais abertos.

Outra demanda em relação ao trabalho que merece destaque é a superação dos preconceitos que interditam a entrada de muitos(as) jovens no mercado de trabalho, sobretudo os ligados à questão racial: “Se for uma loirinha e uma mulatinha,

com certeza, isso já aconteceu lá no meu bairro, eles dão preferência pra loira”.

A falta de oportunidades para o trabalho apareceu com ênfase durante a pesquisa. A exigência de experiência anterior e as diferenças salariais que exist-

tem no Brasil, tanto geracional como de sexo, surgiram também como preocupações. São questões que estão situadas no contexto mais amplo das alterações no mercado de trabalho que acentuaram a exclusão de parcela dos(as) jovens, a partir do desassalariamento e do trabalho informal, além do desemprego nas últimas décadas.

Os baixos níveis de renda e de capacidade de consumo redundam na necessidade do trabalho como condição de sobrevivência para a maioria dos(as) jovens. Isso demarca um modo particular de vivência do tempo de juventude, que não se identifica com aquilo que o senso comum institui como “modelo” de jovem: aquele(a) que se libera da necessidade do trabalho para poder se dedicar aos estudos, à participação mais organizada e ao lazer. A trajetória de busca e inserção no mundo do trabalho dos(as) jovens, especialmente os(as) das famílias mais pobres, é incerta, ou seja, os(as) jovens ocupam os postos de trabalho que aparecem, os quais, em sua grande maioria, permitem pouca ou nenhuma possibilidade de iniciar ou progredir na carreira profissional.



Nenê Neves

Políticas recomendadas

- Instituir políticas econômicas que sustentem a ampliação de emprego, com especial atenção para a inclusão dos(as) jovens.
- Promover garantias para que os(as) jovens estudem e não precisem trabalhar antes dos 16 anos.

- Garantir que o trabalho dos(as) adolescentes ocorra estritamente nas condições definidas pela Lei do Aprendiz.
- Garantir que a jornada de trabalho do(a) jovem possibilite o acesso e a permanência na educação básica, bem como tempo para cultura, lazer e atividades educativas.
- Ampliar o debate sobre o mundo do trabalho nas escolas, incluindo nos currículos do ensino médio, nas redes e nos fóruns juvenis a questão do trabalho.
- Criar fundos de apoio a projetos desenvolvidos por jovens.
- Apoiar técnica e financeiramente empreendimentos juvenis, facilitando o acesso ao microcrédito, principalmente no caso de empreendimentos (individuais e coletivos) que assumem dimensão cooperativa ou trabalham na perspectiva da economia solidária.
- Fomentar a educação profissional como formação complementar à educação básica.
- Ampliar o envolvimento das empresas na formação profissional, visando ao acesso a oportunidades de trabalho para os (as) jovens.
- Fomentar a construção de alternativas de geração de trabalho e de renda em diferentes áreas, especialmente as direcionadas para trabalhos sociais.
- Elaborar pesquisas e diagnósticos sobre a situação dos(as) jovens no mundo do trabalho.



Marcus Vini

- Articular os projetos e os programas governamentais voltados para a obtenção de trabalho e renda.
- Incentivar política nacional de qualificação profissional, articulada com diversos ministérios, empresas, Sistema S, ONGs etc., que considere as especificidades das demandas de públicos distintos, tais como jovens do campo, de quilombolas, indígenas e pessoas com necessidades especiais.
- Desenvolver políticas de geração de trabalho e renda em articulação com os arranjos produtivos locais.

Cultura, lazer e informação

Diagnóstico

- 85,8% dos(as) jovens entrevistados(as) se informavam pela televisão.
- 78% dos(as) jovens pesquisados(as) nunca participaram da produção de informação em meios de comunicação, como jornais de escola, fanzines, TVs ou rádios comunitárias, produção de vídeo etc.
- 40,1% dos(as) jovens não leram nenhum livro no ano de 2004.
- 51,2% dos(as) jovens não tinham acesso a computador. No entanto, enquanto mais de 80% dos(as) jovens das classes A/B tinham acesso, esse percentual era de apenas 24,2% entre os(as) jovens das classes D/E.
- 69,2% freqüentavam *shoppings* nas horas de lazer, e apenas 11,6% freqüentavam museus.
- 51,2% dos(as) jovens das classes A/B freqüentavam o cinema. Nas classes D/E, a porcentagem caía para 29,3%.

Fonte: Ibase e Pólis, 2005.

O que preocupa os(as) jovens com relação à cultura e ao lazer

- Falta de acesso a espaços de cultura e lazer.
- Concentração da oferta nas zonas de maior poder aquisitivo das cidades.
- Pouca valorização da cultura brasileira e/ou regional.
- Falta de apoio/patrocínio visando baratear os custos.
- Falta de segurança.

Fonte: Ibase e Pólis, 2005.

Comentários

Os(as) jovens denunciam os custos altos das atividades artístico-culturais, a falta de segurança dos espaços de lazer, a centralização das oportunidades nas áreas nobres dos grandes centros urbanos. Também anunciam a importância de resgatar as culturas regionais e comunitárias, e a necessidade de ampliar a presença do Estado com mais oferta de lazer e cultura.

Os(as) jovens se informam basicamente pela televisão. A situação de quase monopólio da informação não contribui para a consolidação de um sistema democrático, aberto, plural e diversificado quanto a valores básicos (éticos, ideológicos e políticos) que informem, organizem e sustentem tal sistema.

É pouco expressiva a participação dos(as) jovens na produção de meios de comunicação. No entanto, quando participam, os jornais escolares são o principal canal de produção de mídia pelos(as) jovens.

A Internet aparece em terceiro lugar como principal meio de informação para os(as) jovens das classes A/B e somente em oitavo lugar para os(as) das classes D/E. Esse dado expressa a exclusão digital que atinge a maioria dos(as) jovens no Brasil e consolida condições diferenciadas de acesso à informação, de oportunidades de formação e de emprego entre classes.

As desigualdades regionais e intra-regionais que se verificam nas estruturas básicas da vida material também se expressam na diferenciação do acesso à escola, aos aparelhos de cultura e lazer e aos meios de informação, especialmente no difícil acesso dos(as) jovens mais empobrecidos(as) aos computadores e à Internet. Melhores condições de acesso à informação e aos bens culturais, somados à maior escolaridade, põem os(as) jovens das classes altas em posições mais favoráveis à participação social, cultural e política.



Aurelino C. Gonçalves

Políticas recomendadas

- Universalizar o acesso aos meios digitais, buscando desenvolver um projeto estratégico de democratização dos meios digitais relacionados com a produção de informação, conhecimento e comunicação.
- Incrementar ações de tecnologia da informação para jovens.
- Envolver e ampliar a atuação da sociedade civil, incluindo os segmentos juvenis, na regulação dos grandes meios de comunicação, considerando a realidade monopolista na qual nos encontramos e a ampla influência desses meios no processo de formação da juventude brasileira.
- Democratizar o acesso a informações para os(as) jovens rurais, indígenas, quilombolas e portadores(as) de necessidades especiais sobre programas, projetos e ações de seus interesses.

- Estimular políticas culturais que privilegiem a descentralização, sobretudo de equipamentos públicos.
- Garantir o direito de ir e vir aos(às) jovens, criando condições para seu deslocamento por meio do oferecimento de condições de transporte municipal e intermunicipal (passe livre etc.) e de políticas de segurança que incluam o direito dos(as) jovens exercitarem as várias formas de ser jovem.
- Elaborar programas de apoio a iniciativas culturais, científicas e esportivas juvenis.
- Criar e potencializar espaços de referência para a juventude.
- Integrar, nas comunidades, os núcleos de esporte, lazer e cultura.
- Organizar um observatório de jovens da América do Sul, mediante a criação de um portal voltado para temas juvenis, no qual os(as) jovens possam participar e trocar idéias, projetos e afetos – uma Internet *social*. O objetivo seria fortalecer a integração entre os(as) jovens da América do Sul, cujo êxito depende de esforço conjunto. Entre as ações possíveis, um serviço de correio eletrônico gratuito para jovens de 15 a 29 anos.
- Realizar o mapeamento da infra-estrutura de equipamentos culturais e de lazer existentes no país, bem como o levantamento nacional de programas e ações desenvolvidos nessa área fora do âmbito do governo federal, e disponibilizar tais dados em um portal contendo informações variadas direcionadas para o público jovem, como instituições públicas a que possam recorrer.
- Construir um cadastro comum de organizações não-governamentais que atuam nas áreas de esporte, cultura e lazer que possa ser facilmente acessado pelos órgãos públicos interessados e pelos coletivos juvenis, facilitando a identificação de melhores práticas e a realização de ações conjuntas.

As propostas de políticas aqui sugeridas não solucionam em si os problemas apontados pelos(as) jovens durante a pesquisa. Elas precisam estar sempre associadas a canais de diálogo com esses(as) jovens e buscar formas de articulação entre si. Os depoimentos e dados levantados apontam para a necessidade de olhar as políticas que pretendem atingir a juventude brasileira de forma interdependente, buscando superar a histórica fragmentação das políticas públicas no país. Os(as) jovens por nós escutados(as) demandam gestores(as) e legisladores(as) com sensibilidade para olhá-los(as) como parte da sociedade, ouvindo e considerando suas demandas e opiniões, divulgando as políticas e programas que lhes dizem respeito. E contribuindo para o que chamamos de restabelecimento da base de confiança entre os(as) jovens e o exercício da política, já que eles(as) reconhecem na política um meio fundamental de transformação social e garantia de direitos.



Referências

- ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo (Org.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto da Cidadania, 2005.
- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. *Políticas de/para/com juventudes*. Brasília: Unesco, 2004.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Sistema de Informações sobre Mortalidade*. Brasília, 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS; PÓLIS. *Pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Ibase, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Rio de Janeiro, 2004.
- _____. Censo 2000. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.
- INSTITUTO CIDADANIA. Projeto Juventude – Documento de Conclusão – Versão Final. São Paulo, dezembro de 2004.
- SILVA, Enid; GUERESI, Simone. *Adolescentes em conflito com a lei: situação do atendimento institucional no Brasil*. Brasília: Ipea, 2003. (Texto para Discussão, 979).

Relatórios regionais

- CORTI, Ana Paula (Org.). *Pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*. Relatório Final da Região Metropolitana de São Paulo, 2005.
- COSTA, Ozanira Ferreira (Org.). *Pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*. Relatório Final do Distrito Federal, 2005.
- DAYRELL, Juarez (Org.). *Pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*. Relatório Final da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2005.

- DE TOMMASI, Livia (Org.). *Pesquisa Juventude Brasileira e Democracia*: participação, esferas e políticas públicas. Relatório Final da Região Metropolitana do Recife, 2005.
- FISCHER, Nilton Bueno (Org.). *Pesquisa Juventude Brasileira e Democracia*: participação, esferas e políticas públicas. Relatório Final da Região Metropolitana de Porto Alegre, 2005.
- OLIVEIRA, Júlia Ribeiro de (Org.). *Pesquisa Juventude Brasileira e Democracia*: participação, esferas e políticas públicas. Relatório Final da Região Metropolitana de Salvador, 2005.
- RODRIGUES, Solange (Org.). *Pesquisa Juventude Brasileira e Democracia*: participação, esferas e políticas públicas. Relatório Final da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2005.
- SILVA, Lúcia Isabel da Conceição (Org.). *Pesquisa Juventude Brasileira e Democracia*: participação, esferas e políticas públicas. Relatório Final da Região Metropolitana de Belém, 2005.

Equipe da pesquisa Juventude Brasileira e Democracia

Coordenação geral: Itamar Silva

Coordenação geral adjunta: Anna Luiza Salles Souto

Coordenação técnica: Sebastião José Martins Soares

Equipe técnica

Eliane Ribeiro

Patrícia Lânes

Paulo Carrano

Assessoria estatística

Coordenação: Marco Antônio Aguiar

Leonardo Mélio

Márcia Tibau

Rede de trabalho

Supervisores(as) por Região Metropolitana

Ana Paula de Oliveira Corti – São Paulo

Juarez Tarcísio Dayrell – Belo Horizonte

Júlia Tais Campos Ribeiro – Salvador

Livia de Tommasi – Recife

Lúcia Isabel da Conceição Silva – Belém

Nilton Bueno Fischer – Porto Alegre

Ozanira Ferreira da Costa – Distrito Federal

Solange dos Santos Rodrigues – Rio de Janeiro

Assistentes por Região Metropolitana

Alexandre da Silva Aguiar – Rio de Janeiro

Ana Paula Carvalho Silva – Salvador

Carmem Zeli Vargas Gil Souza – Porto Alegre

Elisabete Regina Baptista de Oliveira – São Paulo

Fernanda Glória França Colaço – Salvador

Francisca Guiomar Cruz da Silva – Belém

Geraldo Magela Pereira Leitão – Belo Horizonte

Graça Elenice dos Santos Braga – Recife

Karina Aparecida Figueiredo – Distrito Federal

Marcílio Dantas Brandão – Recife

Marilena Cunha – Rio de Janeiro

Nara Vieira Ramos – Porto Alegre

Nilda Stecanela – Porto Alegre

Nilma Lino Gomes – Belo Horizonte

Perla Ribeiro – Distrito Federal

Raquel Souza dos Santos – São Paulo

Rosely Risuenho Viana – Belém

Sueli Salva – Porto Alegre

Pesquisadores(as) bolsistas

André Araújo – Salvador
Andréia Rosalina Silva – Belo Horizonte
Antonio Elba – Recife
Bianca Brandão – Rio de Janeiro
Bruno Nazarebo Ribeiro da Silva – Belém
Carolina Ruoso – Recife
Clara Belato – Rio de Janeiro
Cristiane Santos – Salvador
Daniele Monteiro – Rio de Janeiro
Eduardo Assunção Rocha – Porto Alegre
Elaine Bezerra – Recife
Elizângela Menezes – Distrito Federal
Érica Pessanha – São Paulo
Germana de Castro – Recife
Gustavo Barhuch Píscaro de Carvalho – Belo Horizonte
Janisse Carvalho – Distrito Federal
Juan Pablo Diehl Severo – Porto Alegre
Juliana Batista dos Reis – Belo Horizonte
Juliana de Souza – Porto Alegre
Leila Pimenta – Salvador
Lorena Marques – Distrito Federal
Luciene Aviz – Belém
Marcela Moraes – São Paulo
Márcio Amaral – Porto Alegre
Mariana Camacho – Rio de Janeiro
Melissa de Carvalho Farias – Porto Alegre
Nilton Lopes – Salvador
Priscila Bastos – Rio de Janeiro
Rachel Quintiliano – São Paulo
Rafael Madeira – Distrito Federal
Raimundo Jairo Barroso Cardoso – Belém
Sarah Daniele Bahia da Silva – Belém
Shirley Pereira Raimundo – Belo Horizonte
Viviane Nebó – São Paulo
Viviane Paliarini – Porto Alegre

Secretárias

Inês Carvalho
Rozi Billo



Esta publicação faz parte da pesquisa “Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas”, coordenada pelo Ibase e pelo Instituto Pólis em 2005.

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase

Avenida Rio Branco, 124, 8º andar, Centro,
Rio de Janeiro – RJ, CEP 20148-900
Tel.: (21) 2509-0660 Fax: (21) 3852-3517
ibase@ibase.br | www.ibase.br

Pólis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais

Rua Araújo, 124, Vila Buarque,
São Paulo – SP, CEP 01220-020
Tel.: (11) 2174-6800
polis@polis.org.br | www.polis.org.br